



Foto: André Villas-Boas/ISA - Sítio Pimental da UHE Belo Monte, em Altamira-PA



A POLÊMICA BELO MONTE

Por João Pedro de Amorim Junior

O empreendimento de grande impacto socioambiental construído em tempo recorde no coração da Amazônia dá vida a um projeto enraizado desde a época da ditadura e divide opiniões quanto à sua verdadeira necessidade

Construída por um consórcio privado com investimentos R\$ 25,8 bilhões (valores que constam no site da Norte Energia S/A), sendo a maior parte dos recursos provenientes de um banco público, a UHE Belo Monte foi planejada para gerar no pico 11.233,1 MW e, como energia firme média, 4.571 MW. Segundo os empreendedores, é uma hidrelétrica a fio d'água, que gera menos energia quando a vazão é pequena e não tem os enormes reservatórios como o de Itaipu.

No Portal Brasil, o governo federal informa que, em novembro deste ano (2015), começa a funcionar uma usina menor, que representa 3% da capacidade total de Belo Monte. Diz ainda que a primeira das 18 máquinas da unidade maior entrará em operação em março de 2016.

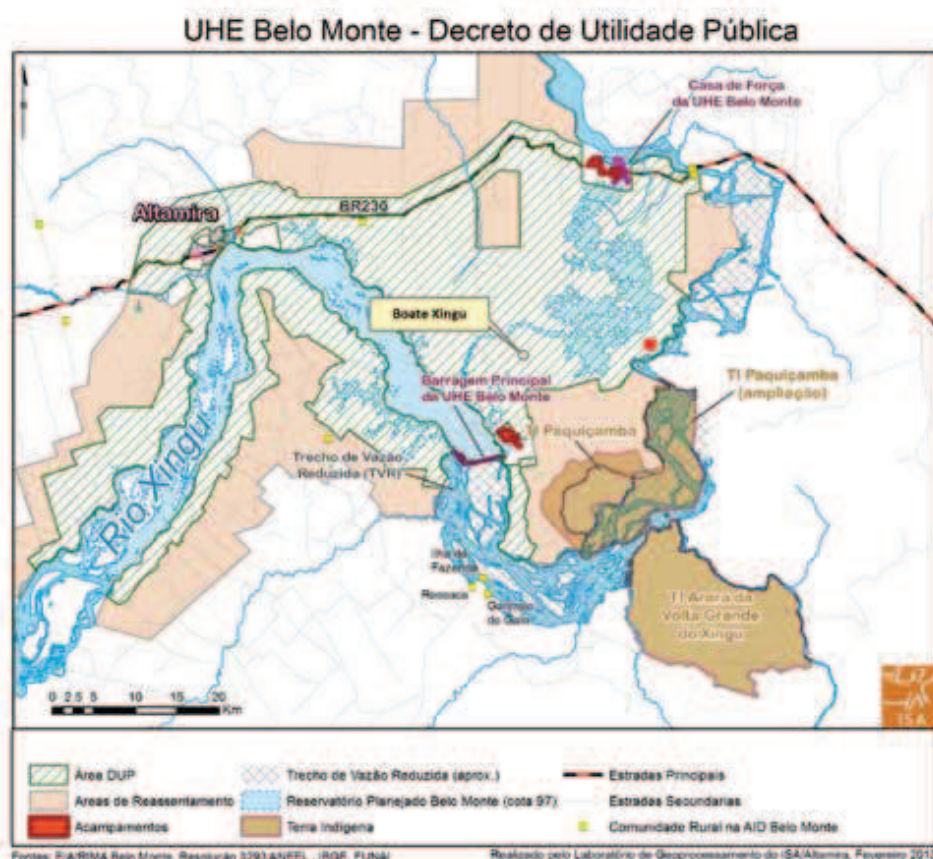
O site oficial garante também que, nesse meio tempo, Altamira e outros dez municípios do Pará já sentem os efeitos positivos levados pelo empreendimento gigantesco da usina.

A usina vai ocupar uma área de cinco municípios paraenses: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu. O Consórcio Norte Energia, responsável pela obra, tem como participantes a Chesf, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, Serveng-Civisan, J. Malucelli, Contern Construções, Cetenco Engenharia e Gaia Energia e Participações.

Na propaganda institucional os empreendedores de Belo Monte projetam o melhor dos mundos, o cumprimento pleno das chamadas condicionantes à construção da usina, o atendimento a milhares de domicílios com a energia a ser produzida e baixo impacto social e ambiental.

Entretanto, a distância que separa o sonho do possível e o que foi prometido daquilo que realmente foi feito faz parte da vida real moldada em um cenário de falta infraestrutura e de grande pressão social. Altamira teve a população aumentada com a vinda de milhares de operários para Belo Monte. A falta de planejamento para atender às novas demandas tem como reflexo direto a violência e uma série de outras mazelas que afligem os moradores da região.

Belo Monte é um dos temas da reportagem fotográfica *Águas Para Vida*, do fotógrafo Joka Madruga, que nos mostra



a seguir um pouco das histórias dos atingidos pelas obras desta que, com o represamento do Rio Xingu, será a terceira maior usina hidrelétrica do Planeta em geração de energia, atrás da usina chinesa de Três Gargantas e de Itaipu.

“Na viagem a Altamira-PA pude vivenciar angústias e sonhos dos pescadores, ribeirinhos, indígenas, garimpeiros, crianças, jovens, mulheres, idosos. Gente que só deseja ter a certeza de um futuro feliz”, afirma Madruga sobre a experiência de ter no foco de sua câmera pessoas vivendo agoniadas, oprimidas, exploradas e abandonados à própria sorte.

Cães versus urubus

“É de se indignar com o descaso das empreiteiras e governos envolvidos em relação a esse povo. Senti o cheiro de ralo nas ruas, por causa da ausência de saneamento básico. Vi urubus brigarem com cães por restos de lixo em ruas sem asfalto. Ouvi os desabaços de quem perdeu e de quem vai perder o pouco que conquistaram durante toda uma vida. Toquei nas águas do rio Xingu, majestoso e imponente, que será escravizado em detrimento do lucro para uns poucos. Mas há aqueles que resistem. Que lutam e organizam o povo em busca de seus direitos. O monstro é grande, mas os lutadores são maiores”, destaca Joka Madruga.

Entre verdades e falácias

O embrião de Belo Monte nasceu em pleno governo militar com a usina batizada à época de Kararaô. “O projeto de Belo Monte teve início nos anos 70 (então Usina Kararaô) com um programa de cinco aproveitamentos hidrelétricos na bacia do Rio Xingu. Por isso hoje, uma das falácias que existe em rela-



O fotojornalista Joka Madruga é autor do projeto Águas para a Vida, pelo qual retrata a realidade das populações atingidas por obras de grandes usinas. Belo Monte faz parte deste contexto.

ção a Belo Monte é justamente a alegação de que será construída apenas uma usina no Rio Xingu. Isso não é verdade. Não digo isso, por desconsiderar uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que, há alguns anos, decidiu que só uma usina seria construída”, afirma o professor Célio Bermann, um dos mais respeitados especialistas do País na área energética, ex-assessor do Ministério das Minas e Energia nos anos de 2003 e 2004.

Professor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP), com doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp, Bermann é um dos 40 cientistas responsáveis pela construção do Painel de Especialistas (Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte) entregue ao governo federal.

Sobre a construção de mais usinas no Xingu, além de Belo Monte, Bermann disse que é um tema que já foi tratado em debate público do qual eu participei. “Perguntei a respeito, na

ocasião, ao presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério das Minas e Energia, Maurício Tomalsquim, meu colega de academia. O questionei sobre a garantia de não haver mais usinas no Xingu mencionando trecho da famosa letra de Samba da Benção, do poeta Vinícius de Moraes:

*‘Ninguém vai me dizer que tem
Sem provar muito bem provado
Com certidão passada em cartório do céu
E assinado embaixo: Deus
E com firma reconhecida!’*

Ele ficou completamente sem jeito mas acabou reconhecendo que uma decisão do CNPE não é pétrea, pode ser modificada. Mas essa insistência de governo e interesses relacionados com a construção da usina tem se mantido há bastante tempo. O grande problema da usina que foi construída, apesar de todos os estudos críticos e contrários à construção apresentados desde o Licenciamento Ambiental, entre eles o painel de especialistas, um esforço científico que reuniu 40 pesquisadores brasileiros, que foi desconsiderado.”



Imagem histórica da índia Tuíra e o diretor da Eletronorte, engenheiro Muniz Lopes, no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em Altamira (PA), em 1989.

Na opinião de Célio Bermann, vivemos a prática política da autocracia, baseada em processos decisórios em que não escutam a crítica e o contraditório, apenas decidem e empurram como trator uma decisão já tomada.

Seguem as considerações do professor sobre Belo Monte, em entrevista feita, por telefone, para a Revista Diferencial.

A construção da usina

Quem decidiu pela construção da usina teve uma forte resistência, já no primeiro projeto quando a usina chama-se Kararaô. Em fevereiro de 1989, na ocasião da realização do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em Altamira (PA), houve o episódio em que a índia Tuíra, da tribo Caiapó, levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do diretor da Eletronorte, engenheiro Muniz Lopes. É claro que não houve tentativa de ferir o engenheiro, apenas foi uma forma de demonstrar a insatisfação da população indígena com o projeto.

Vários anos depois, em 2005, o projeto de Belo Monte é leva-

do à votação, bem na época em que toda a mídia estava envolvida na cobertura do chamado mensalão. O governo apresenta o projeto de Belo Monte modificado e que passa. Em dois dias foi aprovado pelo Congresso Nacional, pelos deputados e senadores que foram votados pela população.

Foi aprovado em meio a uma cortina de fumaça, apesar de todo um movimento de crítica cientificamente fundamentada em evidências e previsões do que viria a acontecer e que não foi levado em consideração, nem no processo de licenciamento ambiental, muito menos nas condicionantes que a empresa vencedora da licitação teria que responder, uma vez iniciada a construção da usina.

Suspensão de Segurança

Vivemos o momento em que a licença para a operação de Belo Monte, para fechar o reservatório e iniciar a produção de energia elétrica foi solicitada pelo Consórcio. Mais uma vez o Ministério Público Federal entra com uma tentativa de interrupção da obra (foram mais de 20) e todas elas foram desconsideradas.

A legislação hoje no Brasil, através de uma lei chamada de Suspensão de Segurança permite que “em nome do desenvolvimento do País” seja mantida uma obra mesmo em flagrante desrespeito às questões sociais e ambientais. Por conta dessa lei, mais de 20 ações civis públicas foram derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo tendo sido aprovadas em primeira instância. É uma legislação que aguça a autocracia.

Uma usina com as características de Belo Monte – com um superdimensionamento da ordem de 11.233 MW de capacidade instalada e que, por conta da concepção do projeto, só vai operar com 39% de sua capacidade (quando em média as usinas hidrelétricas no Brasil trabalham com 50% da capacidade) – só pode se viabilizar economicamente quando foram construídas pelo menos mais três usinas acima do Rio Xingu para regularizar a vazão.

Para onde vai a energia?

Outra falácia que o jogo de interesses acaba sempre apontando é a de uma conta de que a usina terá a capacidade de produzir energia a não sei quantos domicílios. Vamos ser bem claros em relação a isso. Não é possível, nem a crítica, nem os interesses favoráveis à construção da usina, dizerem para onde vai a energia. Nem que irá a não sei quantos milhões de domicílios, como não pode também ser evidenciado que a energia de Belo Monte irá prover as indústrias eletrointensivas.

Por que? Simplesmente porque o sistema elétrico funciona

de uma forma particular. Sabe-se onde a energia está sendo produzida, mas se desconhece para onde ela vai se dirigir.

Esse é um problema ao qual podemos aplicar o cálculo probabilístico. Se a gente for ver, quem consome energia elétrica no Brasil atualmente 24% são do setor residencial; 50% da produção seguem ao setor industrial (dentro desse percentual da indústria 30% são para seis consumidores eletrointensivos: cimento; fabricação de aço; alumínio; ferro-liga; petroquímica; papel e celulose). São seis setores da indústria que consomem 30% da eletricidade do País.

Então existem 24% de probabilidade da energia a ser produzida na Usina de Belo Monte ir para as residências, 50% de ir para a indústria e 30% para satisfazer a demanda desses seis setores eletrointensivos, dos quais quatro são produtores de commodities dirigidas à exportação, produtores de bens de baixo valor agregado, que geram poucos empregos e com limite de formação de renda porque ela é restrita ao interesse do mercado internacional.

Foto: Arquivo pessoal



Professor Célio Bermann: "Este projeto de Belo Monte é irracional. Não corresponde à lógica da engenharia."

Modelo de consumo

Isso acaba definindo a forma de como hoje o País participa do processo de globalização. É um modelo que precisa ser revisto e modificado, já que hoje somos produtores de grãos e de minerais de baixo valor agregado. É disso que o Brasil depende hoje.

O problema é que a crise econômica e a crise política advêm da forma como se conduz a questão energética e também outras questões; a forma como se trata as questões de ordem lógica e racional. Este projeto de Belo Monte é irracional.

Não corresponde à lógica da engenharia. É um erro a construção da usina e é importante lembrar que 80% desse absurdo estão sendo financiados com recursos do BNDES.

É fundamental pensar em uma forma referenciada dos pontos de vista social e ambiental. É inadmissível que 50 mil pessoas tenham sido deslocadas, expulsas para dar lugar ao projeto sem que fossem cumpridos os benefícios sociais que foram inicialmente estabelecidos.

Mediatização

Você vê as imagens desta re-

Foto: Joka Madruga



Construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte vista do rio Xingu.



: UHE Belo Monte vista da Rodovia Transamazônica

portagem, feitas in loco pelo fotógrafo, e enxerga tanta barbaridade. Ao mesmo tempo, se eu entro no site da NESA S/A (Norte Energia) do Consórcio Belo Monte vejo um livro com 80 páginas muito bem feito mostrando os benefícios da obra.

Então ficamos defronte a uma situação em que perguntamos quem está falando a verdade. É o movimento social? É o movimento ambientalista? É quem chama a atenção para os erros cometidos? Ou é a empresa que se mostra a melhor das empresas que está dando benefícios

para a população? Pelas fotos que mostra está dando casa, saneamento básico, quando o registro fotográfico real prova que não é isso.

Hoje a questão é midiaticizada. É fácil elaborar um texto mostrando o que se quer mostrar em páginas coloridas e grandiosas, ao mesmo tempo que do outro lado, um trabalho vigoroso de crítica científica ao que está acontecendo é desconsiderado.

Sou signatário de mais um abaixo-assinado para que o Ibama não conceda a licença

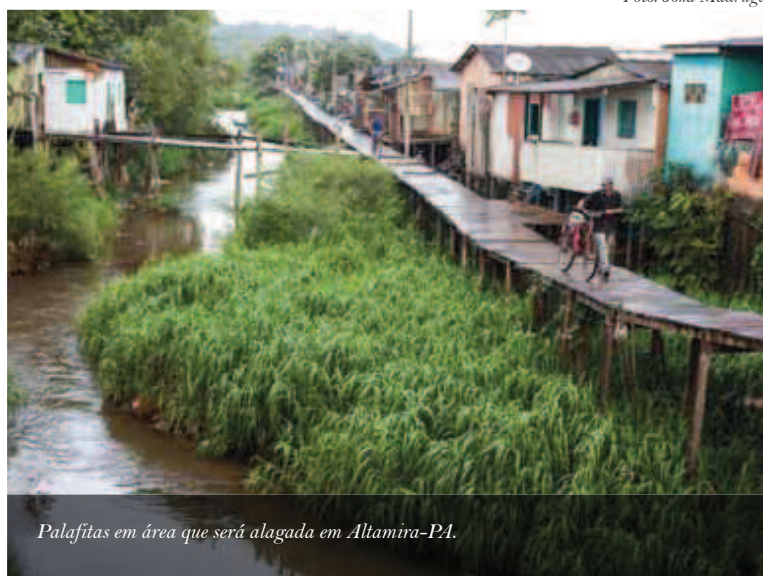
de operação, mas a gente vê manifestações até mesmo de técnicos e da direção do instituto que dizem que não veem razões para negar a licença de operação da usina.

Operação da usina

Uma vez concedida a licença a usina deverá iniciar a operar com algumas máquinas. A previsão é de se ter na casa de força principal 20 máquinas. E depois mais algumas turbinas em parte, como por exemplo, no desvio do rio em que foi feito o barramento e que praticamente inutiliza do ponto de vista hídrico a Volta Grande do Xingu.

Aliás, vale a pena lembrar que também em outro evento eu ouvi do representante do consórcio construtor que, conforme os estudos ambientais, iria ser assegurada uma vazão mínima de 700 metros cúbicos por segundo no trecho conhecido como Volta Grande do Xingu. Vamos lembrar que o Rio Xingu chega a alcançar 21mil a 22 mil metros cúbicos por segundo durante a cheia e 700 metros cúbicos por segundo no período de seca.

O problema é que registros



Palafitas em área que será alagada em Altamira-PA.

Foto: Joka Madruga

já demonstraram que no mês de outubro, em que os índices pluviométricos caem bastante na região, a vazão mínima não ultrapassou 340 metros por segundo. Então como é que se garante algo que vai contra os registros históricos?

Há também questionamentos sobre a alteração do regime hidrológico decorrente da construção de usinas hidrelétricas na região Amazônica. O que aconteceu no Rio Madeira, em que duas usinas foram construídas (Jirau e Santo Antônio), é apenas uma amostra de problemas que podem aparecer. A cheia do Rio Madeira atingiu a remansos na Bolívia. Na ocasião em que isso aconteceu, entre fevereiro e março de 2014, no chamado de índice pluviométrico nunca ante alcançado, o governo apressou-se a afirmar que a cheia nada

tinha a ver com as usinas.

Planejamento energético

Para cuidar do planejamento energético nacional foi criada a EPE, empresa com sede no Rio de Janeiro, encarregada de elaborar a cada ano um plano decenal, com previsão de demanda e de obras necessárias para assegurar a energia no País. O último plano decenal faz a previsão de 2014 a 2023.

Tive a oportunidade de reunir os meus alunos da USP para examinar em detalhes o plano decenal preliminar. Foi nos dado 30 dias para avaliar o plano e apresentar sugestões para que fosse modificado. A isso se chamou consulta pública. E nós fizemos o seguinte exercício comparando a versão que foi tornada pública para efeito do cumprimento do rito administrativo com aquela finaliza-

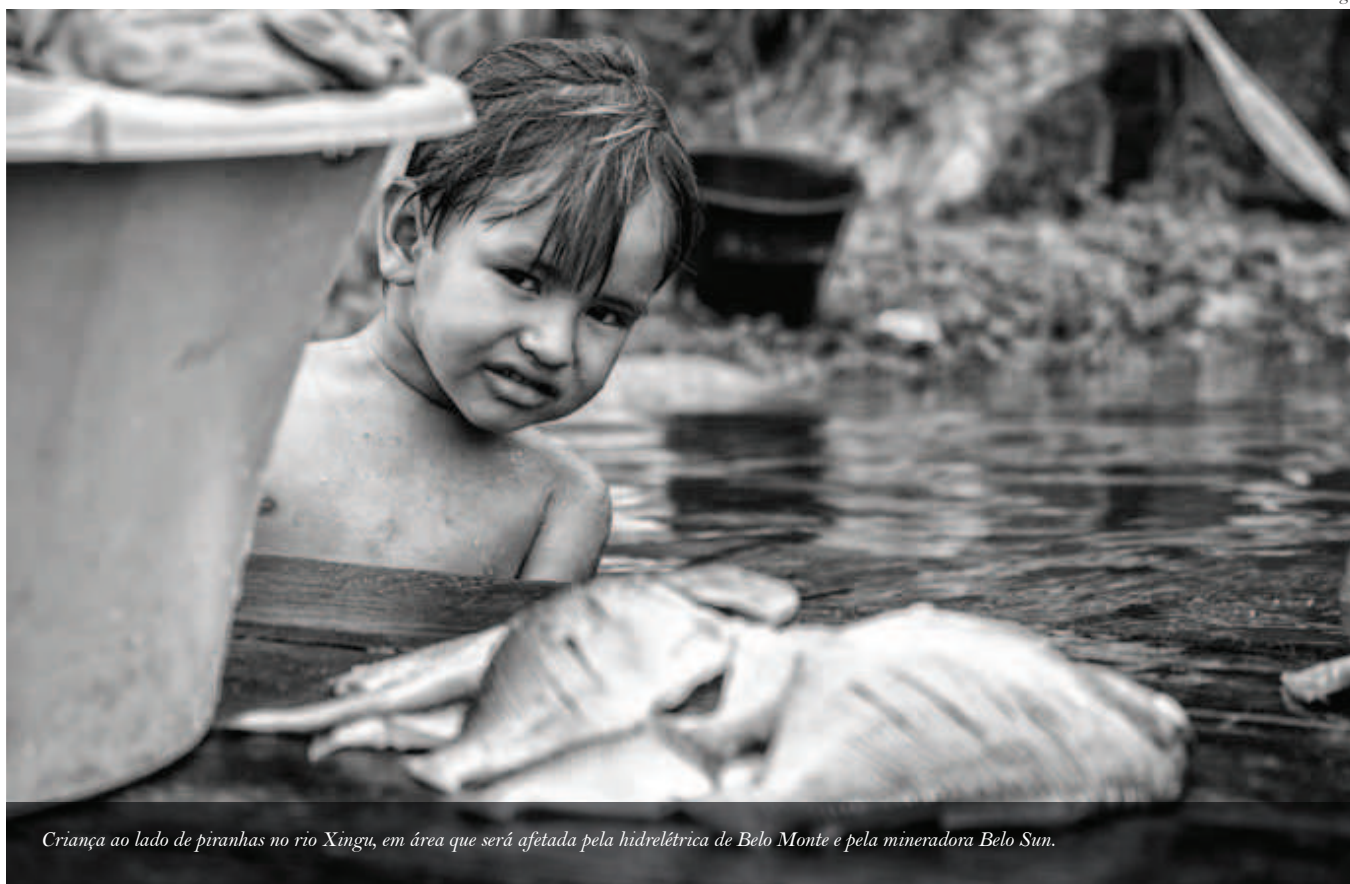
da com a assinatura do Ministro das Minas e Energia.

Das 340 páginas do Plano, houve uma modificação em apenas duas. Uma das páginas reconsiderando a forma de avaliação do benzeno no processo de refino (até que ponto deve ser utilizado) de combustíveis e a outra em relação ao modelo de transporte de gás natural. Todas as demais considerações estudadas e apresentadas em quadros, tabelas gráficos, nenhuma foi considerada. Mais uma evidência de como a decisão é de um lado só no setor energético e que o planejamento nesse aspecto, que deveria ter espaço para discussão e debate de alternativas, não é verificado.

Discussão de alternativas

O que a população não tem

Foto: Joka Madruga



Criança ao lado de piranhas no rio Xingu, em área que será afetada pela hidrelétrica de Belo Monte e pela mineradora Belo Sun.



Dona Maria, ribeirinha do Xingu.

oportunidade de ser informada a respeito, como também de participar de uma forma mais ativa do debate no setor energético, é que a necessidade de energia domiciliar poderia ser satisfeita de forma bastante plausível com as chamadas energias renováveis e alternativas, eólicas, solar, entre outras, com gerenciamento local por meio da geração descentralizada. Hoje estamos dando os primeiros passos nesse sentido, em alguns órgãos da Aneel, mas ainda falta muito.

A produção descentralizada de energia possibilita, por exemplo, que uma residência, um condomínio, um bairro, busquem alternativas energéticas e as gerenciem, seja eólica, solar, de forma complementar à energia que ela recebe da concessionária. E, dependendo da situação, vendendo a energia

excedente. Estamos ainda no início deste processo que já acontece há muito tempo em países da Europa.

Essa perspectiva de ter uma matriz mais próxima das necessidades locais significa, evidentemente, uma possibilidade de mudar os padrões de consumo.

Energia hidrelétrica: custos e benefícios

A energia hidrelétrica deveria considerar no seu custo a necessidade de possibilitar à população deslocada (os afetados pelas barragens) condições, senão melhores, ao menos iguais às que tinham antes, mas isso não acontece. Esse investimento deveria estar internalizado no custo da energia.

Se isso fosse feito a energia hidrelétrica iria custar mais caro e uma vez desta forma, a

necessidade do uso racional da energia seria maior.

O que acontece é que a energia é oferecida a um preço de custo que beneficia as indústrias eletrointensivas e acaba trazendo como consequência uma irracionalidade, quando deveria haver uma definição clara, lógica, de quem deveria realmente ser beneficiado por esta forma de energia.

Não temos, infelizmente, possibilidade de imaginar soluções a curto prazo neste processo. Há a necessidade de a gente evoluir no aprendizado político. Isso de forma a permitir que as propostas que levem em consideração a energia, a forma que ela é produzida, para quem? e para que? possam ser efetivamente efetivadas.

Aprendizado e mudança de mentalidade

O aprendizado que eu tenho nesse processo é o da necessidade de aproveitar os momentos de crise para modificar as formas de condução deste processo e ter possibilidade de reverter essa situação que, se não for revertida, vai propiciar que o processo de desequilíbrio e desigualdade social se amplie ainda mais.

Na busca por soluções e para a ampliação do debate para a transformação do quadro atual tenho trabalhado com algumas propostas, entre elas, a de se ter o assunto energia incluído no ensino fundamental, de forma a propiciar que o futuro cidadão tenha as informações necessárias e disponíveis todas as questões relacionadas ao uso racional e os problemas de produção de energia em suas diversas matrizes. Seria a incorpora-

ção, dentro da grade curricular do ensino fundamental, de uma matéria sobre energia.

O segundo ponto importante, e isso é uma tarefa da academia, seria popularizar o assunto energia de forma que saia do terreno dos especialistas, acadêmicos, técnicos e se torne um tema mais acessível a toda a população. É um trabalho de informação que exige a aplicação da teoria na prática.

Na academia (USP) dou aula para quem irá se formar em engenharia elétrica. Uma das preocupações que tenho no dia a dia e que procuro passar aos futuros engenheiros, é a de disseminar o entendimento de que empreendimentos de usinas hidrelétricas têm como impacto a expulsão de cidadãos de suas terras. É importante que o profissional de engenharia tenha o envolvimento no processo de produção de ener-

gia como um todo, inclusive com o entendimento dos seus efeitos, com o lado dos atingidos.

No Paraná, há o exemplo da usina de Salto Caxias e no Rio Grande do Sul, da usina de Itá, no Rio Uruguai, em que o Movimento dos Atingidos por Barragens teve participação preponderante na garantia da melhor qualidade de vida das populações atingidas gerando, inclusive, economia para as concessionárias de energia.

Foram processos exemplares que poderiam ser mais divulgados, mas que não foram. O corpo técnico do setor elétrico parece que tem vergonha de passar adiante essa informação. É uma vergonha que deve e precisa ser superada para o bem de todos.

Foto: Joka Madruga



» A VIOLÊNCIA QUE ACOMPANHA AS GRANDES OBRAS

Exploração sexual, tráfico de drogas, mortes. A explosão da violência é efeito imediato e direto da invasão de uma determinada área por milhares operários vindos dos mais diversos rincões para atuar em grandes obras.

Somado ao vertiginoso aumento populacional da cidade polo dessas obras há a falta de infraestrutura e a ausência do poder público. As vítimas? O povo da terra que é desalojado de suas casas e obrigado a viver com estranhos dentro do que seria o seu território.

Na entrevista a seguir, conduzida pelo fotojornalista Joka Madruga, o professor de Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará (UFPA) e coordenador do curso de Ética e Desenvolvimento daquela instituição, Assis da Costa Oliveira, nos fala da realidade de um local em que políticas públicas que deveriam ser obrigações de governo são privatizadas e as responsabilidades transferidas ao empreendedor da iniciativa privada.

“No Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do empreendimento (Usina de Belo Monte) diziam que iriam empregar 16 mil trabalhadores. Ano passado havia 33 mil e neste ano são 28 mil operários. Passaram muito a estimativa que tinham planejado. O EIA RIMA não previa esse impacto”, afirma o professor Assis da Costa Oliveira.

Houve aumento da violência em Altamira após o início das obras de Belo Monte?

O processo de influência de Belo Monte começa em 2010 e os índi-

ces que temos acompanhado com informações do Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude e da polícia, casam bem com o período posterior à concessão da licença prévia de construção. Passamos de 30 processos por ano de crimes sexuais. É um padrão fruto do aumento da população, mas sobretudo, da questão da precarização das condições de vida, da não preparação do território para as pessoas ocuparem esses espaços e os serviços públicos darem conta da demanda.

No que diz respeito aos serviços públicos, os governos nas esferas federal, estadual e municipal, têm feito investimentos ou têm transferido para a empresa essa obrigação? Como está a questão de políticas públicas de combate à violência?

O empreendedor (a Norte Energia) tem uma série de ações voltadas à segurança pública, como por exemplo a melhoria da infraestrutura das polícias civil e militar, com carros e estrutura física. Essas são questões que estão sendo, de certa forma, atendidas. Há demora, mas estão sendo atendidas. Uma coisa é você dar condições estruturais para o setor de segurança, outra é entender que os profissionais estão numa região em que o aumento do custo de vida gerado tem como reflexo a evasão desses profissionais. A Polícia Rodoviária Federal tinha 33 profissionais em 2012 e em 2013 esse número caiu para 11, a maioria pediu transferência pelo alto custo e baixa qualidade de vida na região.

É um reflexo que se observa tam-

bém na Defensoria Pública, por exemplo, que saiu de um quadro permanente de profissionais para um mutirão feito a cada 15 dias e depois voltam para Belém. A Polícia Civil está criando uma infraestrutura para manter delegados vindos de fora na própria sede sem ter que alugar imóveis. Uma coisa é esta questão do custo de vida ter impactado fortemente na capacidade dos órgãos públicos de terem recursos humanos para atender a essas demandas.

O combate à violência não se resume apenas à repressão. É necessário fazer o atendimento às vítimas e a prevenção. São medidas que não foram previstas e para as quais não há estrutura estatal de atendimento. Deveria haver mais um Conselho Tutelar em Altamira porque o que existe está sobrecarregado. A legislação prevê que é necessário um conselho para cada 100 mil pessoas. O IBGE aponta que a cidade tem 104 mil habitantes, mas sabemos que já ultrapassamos 160 mil pessoas.

Você tem uma série de novos bairros em Altamira que são áreas com pouco atendimento em segurança, iluminação precária e uma dinâmica de crescimento próprio. Os primeiros estabelecimentos coletivos no Jatobá, por exemplo, foram dois bares criados como extensão das casas e que permanecem lá. Isso envolve drogas, prostituição, entre outros problemas.

Você diz que as pessoas foram reassentadas sem condições de serviços básicos?

Sim, essas pessoas foram retiradas

de um local que apresentava uma série de deficiências e transferidas para outro local deficiente. Isso gera uma série de consequências com carências nas áreas de saúde, educação, lazer, entre outras. São violações de direitos.

No que diz respeito à violência sexual verificada nesses locais temos como o maior número de casos o estupro. Muitos processos estão parados por conta da impunidade. Em locais de grandes empreendimentos esses casos de violência sexual são visíveis.

Em Altamira temos uma comissão municipal de enfrentamento à violência sexual. Fazemos um trabalho nas escolas junto com os alunos e os pais. A aposta é que as escolas viam núcleos de sensibilização da comunidade para este problema.

A ação também exige investigação policial para desbaratar grupos que promovem a exploração sexual, tráfico de drogas e de pessoas.

Como identificar sinais de abuso nas vítimas?

É bom separar o abuso da exploração. Em casos de abuso há referenciais do ponto de vista da psicologia que auxiliam a identificar quem é vítima, como mudanças de comportamento, marcas físicas, entre outros.

No caso de exploração sexual é mais complicado. A vítima de exploração muitas vezes não se enxerga nessa situação. Um exemplo clássico é o da Boate Xingu. De 18 mulheres resgatadas, 11 assinaram termos de compromisso reconhecendo que estavam em situação de exploração, mas que desejavam voltar para o mesmo cenário, para as casas de prostituição. As sete que voltaram para

seus estados de origem não se sabe onde estão. Não houve acompanhamento, nem monitoramento.

Uma coisa é, no campo dos Direitos Humanos, reconhecer a condição de trabalhadoras dessas mulheres. Mas no Brasil essa dinâmica de trabalho, em casas de prostituição, é crime. Além disso, as redes de exploração sexual precarizam as condições de vida dessas mulheres e muitas acabam morrendo.

Acompanhei a ação de uma Força Tarefa pela periferia da cidade e quando chegou nas boates maiores elas estavam fechadas. Isso mostra que foram avisadas da ação. Vocês têm conhecimento se há convivência neste processo de exploração?

O divisor de águas da rede de proteção foi o caso da abordagem na Boate Xingu, que nos deu a dimensão e o panorama da exploração sexual, do tráfico de pessoas e condições de escravidão. Houve operações policiais em boates e a maioria dessas casas tinha autorização de funcionamento concedido pela própria polícia civil, mas tinham casos de prostituição. O que isso nos mostrou foi a existência de casos de suborno para a emissão de alvarás.

Esses locais passaram a ser monitorados e a emissão da licença de funcionamento passou a ser integral, com a necessidade de autorizações de mais órgãos como vigilância, meio ambiente, polícia, entre outros.

Porém, tais operações não ocorrem com regularidade e o foco está nos alvarás. São ações importantes, mas para flagrar situações de exploração sexual é necessário ter provas robustas como quebras

de sigilos bancários, telefônicos, imagens de vídeo, movimentações financeiras, entre outras.

Para que haja uma investida mais efetiva nos locais onde a exploração se reproduz é preciso reforço com ações paralelas de investigação.

Existem locais próprios para o atendimento de famílias vítimas da violência? Parece que o governo transferiu responsabilidades à Norte Energia.

Se pegarmos o Plano Básico Ambiental (PBA), onde estão a maioria das condicionantes, veremos que a maioria das políticas públicas foram privatizadas.

No âmbito do combate à violência houve investimentos públicos em infraestrutura, mas não houve modificação das condições salariais dos servidores que atuam nas regiões de grandes obras. É necessário que isso seja verificado, assim como ocorre em áreas de fronteira. A previsão de royalties como legados econômicos para regiões afetadas por grandes obras também seria uma medida relevante para garantir o atendimento à população vulnerável.

O próximo desafio que temos será o pós-demissões em massa do pessoal que está na obra, o que deve começar a partir de novembro deste ano e deve ser ainda mais impactante no ano que vem. Hoje são 28 mil pessoas, ano passado eram 33 mil. De acordo com as previsões vão ficar de três a quatro mil trabalhadores para finalizar a obra.

Há os cenários de preparação para obra, de execução da grande obra; de término e de saber para onde vão essas pessoas. É necessário ter

cuidado, porque isso gera novas situações de violência e temos que estar preparados para saber como fazer o atendimento.

Qual a sua sugestão para diminuir as situações de violência e abuso sexual?

Temos trabalhado não apenas em Altamira, mas com foco na região Amazônica, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e em vários cenários, não apenas observando obras de barragens, mas também aquelas ligadas ao agronegócio e a gasodutos, entre outras.

Uma coisa é o modelo de desenvolvimento. Se você não muda o modelo, mantém a reprodução histórica. Nas décadas de 70/80, em uma rua de Tucuruí havia mais de 300 cabarés. O contingente proporcional de prostituição em Tucuruí era maior que o número de habitantes. Para 30 mil habitantes tinha 4 mil prostitutas. Foi o início de um modelo desenvolvimentista, que difere do que é hoje, mas mantém algumas semelhanças. Se não pensamos em um modelo com incentivo a vocações

produtivas locais que evite migrações enormes em pouco tempo, não haverá serviços que consigam dar conta. Uma população que deveria crescer no período de 10 a 15 anos cresce em quatro meses. Nesse cenário formado pelos grandes projetos não há como prever tudo e vão haver danos gerados pela migração exponencial em um curto período.

É preciso pensar o desenvolvimento por outra lógica, a de autodeterminação local e do favorecimento local da população. Há também o que chamo de mudança reformista, que é a tentativa de humanizar o modelo existente incidindo sobre ele garantias jurídicas para que se possa, minimamente, evitar que ocorram tantas mazelas e violações de direitos nesse processo de construção e execução das grandes obras.

Nisso temos nos pautado muito no processo de Licenciamento Ambiental, que tem um potencial maior de identificação também dos cenários de danos sociais com a possibilidade de intervenção

para a mudança do quadro final.

A pergunta é por que não podemos mudar os rumos de acordo com a dinâmica do projeto? Muitas coisas não foram previstas em 2011 quando o PBA (Projeto Básico Ambiental) de Belo Monte foi lançado. Estamos em 2015 e tem muita coisa que escapa ao PBA que precisava ser incorporada nesse período para que houvesse melhorias nas ações de enfrentamento à violência. Muitas coisas, infelizmente, estão ligadas a esse paradoxo do que é público e o que é privado. O que é de um e o que é de outro. Muitas coisas que a Norte Energia Assume são de competência pública, saneamento, infraestrutura das polícias, habitação, mas são danos gerados pela obra da própria Norte Energia e você pode cobrar da empresa para que ela execute. Depois da Licença de Operação (LO), você não tem mais garantias. A universidade e os movimentos sociais estão se organizando na realização de estudos jurídicos e acadêmicos que até a LO as condicionantes sejam atendidas em sua totalidade.

Foto: Joka Madruga



Blitz com a Polícia Militar, Conselho Tutelar, Bombeiros e Vigilância Sanitária para conter a violência, exploração sexual infantil e irregularidades nas casas noturnas de Altamira-PA.

Foto: Joka Madruga



Professor Assis: "Depois da Licença de Operação você não tem mais garantias."

» ENERGIA A FAVOR DA SOCIEDADE

Robson Formica, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sustenta que o controle do sistema energético por grupos transnacionais e o modelo mercantilista de comercialização da energia não atendem às necessidades da sociedade. “É um modelo que faz do Estado o fiador para legitimar um processo que fortalece a relação de exploração e dominação dos trabalhadores e que cria uma relação de dependência social permanente”.

Para Formica, até mesmo o custo da energia ao consumidor final seria mais baixo não fosse prioridade do modelo estabelecido a defesa do lucro e de interesses financeiros de empresas e do capital externo. “Neste momento em que o mundo vive uma crise de capital, as empresas não admitem perda de qualquer natureza. O problema não está na matriz energética, mas em quem está no controle. Seja na produção energia hidrelétrica, eólica ou de outra fonte qualquer, enquanto o modelo tiver como princípio a lógica do capital e grupos e interesses externos forem privilegiados haverá a restrição de direitos não apenas dos afetados diretamente pelas obras, mas de todos as camadas da população”.

O representante do MAB defende que a gestão dos setores estratégicos tem, necessariamente, que contar com a participação da sociedade organizada, de forma a garantir a soberania e a contrapartida social e ambiental neces-

sárias ao desenvolvimento integrado e sustentável dos cidadãos. “Setores estratégicos não podem ser estruturados a partir do interesse do sistema financeiro. Deve haver a retomada do controle pelo estado e a participação conjunta dos movimentos populares e sociais neste processo. No modelo de hoje, em que o interesse no lucro promoveu a divisão em geração, transmissão e distribuição de energia, se privilegia o ganho das empresas e dos seus acionistas, ao mesmo tempo em que onera a população e fragiliza a estrutura pública. É a continuidade de um modelo exploratório”.

No entendimento de Robson Formica, o fortalecimento de iniciativas como a da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, que conta com participação ativa do Senge-PR e da Fisenge (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros) é importante

para a mudança na forma de gestão do setor energético. “Hoje o papel do Estado se restringe a garantir a obra. Em audiências públicas você pode dizer o que quiser, mas tudo já está pré-definido. Neste cenário, a usina de Belo Monte tem uma grande simbologia. É um investimento de bilhões em uma obra no coração da Amazônia. É importante que os movimentos sociais permaneçam fortes, unidos e organizados para que o modelo exploratório não seja expandido. Da mesma forma é urgente que seja continuado o aprofundamento das discussões na Plataforma Operária de Energia para que este tema não se limite ao domínio ou seja privilégio de especialistas, consultores e empresários. O protagonismo é essencial no processo de mudança para que se avance com alternativas para o setor energético, como por exemplo, a do fundo soberano válido para o Pré-Sal”.

Foto: Joka Madruga



Formica: “É um modelo que faz do Estado o fiador para legitimar um processo que fortalece a relação de exploração e dominação dos trabalhadores.”

» SOBERANIA ENERGÉTICA CONTRA O CICLO DA DEPENDÊNCIA

A Plataforma Operária e Camponesa para Energia que está fortemente inserida nos debates sobre a questão energética nacional tem como lema de reflexão “Energia para quê e para quem?”, que se encaixa perfeitamente no caso de Belo Monte.

Na opinião do engenheiro eletricista Ulisses Kaniak, diretor do Senge-PR e da Fisenge, e integrante da Plataforma como representante das duas entidades, o empreendimento Belo Monte tem base em um modelo que continua um ciclo vicioso de dependência e subserviência do qual nosso País precisa se livrar e tem condições para isso. Para ele, até agora a construção da usina Belo Monte só demonstra ter afetado negativamente as vidas de milhares de pessoas sob o pretexto de aumentar a oferta de energia e levar desenvolvimento para áreas mais necessitadas do País. “Ademais, pela região em que foi construída, o uso mais óbvio e viável

de sua energia, quando estiver em produção, será na indústria extrativista, que é praticamente sinônimo de desmatamento, desenvolvimento não sustentável. Fazemos a transferência de recursos naturais a baixo custo para o exterior, onde se agrega valor em indústrias de transformação. Depois eles exportam esses mesmos produtos que são vendidos aqui para que nós paguemos”.

Formada por representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), da Federação Nacional dos Petroleiros (FUP) e da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), além de sindicatos ligados a essas federações, como o Senge-PR, a Plataforma tem promovido reuniões, seminários e discussões com o Governo Federal em busca de soluções e mudanças para problemas gerados pelo atual modelo energético do País, como a pri-

vatização e a mercantilização do setor elétrico, causa fundamental da ascensão galopante das tarifas nos últimos 20 anos.

Recentemente, com o modelo de partilha implantado para o Pré-Sal, cuja lei incluiu a Educação como beneficiária dos recursos advindos da exploração do petróleo, outros setores vieram se juntar à Plataforma. Entre os dias 17 e 18 de agosto foi realizado em São Paulo o Seminário “Energia, Educação e Indústria” com a participação representações de trabalhadores da Educação (CNTE), da indústria química (CNQ) e da indústria metalúrgica (CNM), além de estudantes (UNE, Levante Popular da Juventude).

“O evento foi uma semente da construção de uma frente popular ampla de discussão da Nação pelos trabalhadores e estudantes do campo e da cidade”, afirmou Ulisses Kaniak. “Os próximos passos serão a replicação do debate em

Foto: Divulgação



Pré-Sal + Educação + Saúde, tema de reunião da Plataforma Operária Camponesa de Energia, realizada em São Paulo, em agosto de 2015.

todos os estados e a mobilização em atos públicos de caráter nacional em defesa da Petrobras, da soberania nacional e da educação pública, tendo em vista ameaças como o nefasto Projeto de Lei 131 de autoria do senador José Serra (PSDB/SP) que tenta transferir as jazidas do pré-sal para petrolíferas estrangeiras”.

A Plataforma Operária e Campesina para Energia tem ação permanente. É um agrupamento de entidades sindicais e movimentos sociais criado com a finalidade de debater as políticas energéticas da Nação, sempre com a visão de que devem beneficiar a todas as camadas da população, sem criar grupos excluídos nem tampouco privilegiados.

Informações relacionadas:

Decreto do Congresso Nacional que aprova a construção de Belo Monte



Painel de Especialistas (Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte)



Dossiê Belo Monte (Instituto Socioambiental <http://www.socioambiental.org>)



Consórcio Norte Energia <http://norteenergiasa.com.br> responsável pela construção da usina



**VALORIZE SUA FORMAÇÃO
SEU TRABALHO, SEU FUTURO
VENHA PARA O SENGE-PR**

SENGE-PR: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná
senge-pr.org.br